

ÍNDICE

HABITAÇÃO

Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro Aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas	13
Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria	37
Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro Lei de bases da habitação	57
Decreto-Lei n.º 89/2021, de 3 de novembro Regulamenta normas da lei de bases da habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade	89

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de março Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação	103
---	-----

DIREITO IMOBILIÁRIO

Portaria n.º 817/2004, de 16 de julho Aprova o modelo da ficha técnica da habitação	117
Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o sistema de certificação energética de edifícios, transpondo a diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a diretiva (UE) 2019/944	119
Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro Regula os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, transpondo as diretivas (UE) 2019/771 e (UE) 2019/770	157
 URBANISMO	
Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951 Aprova o regulamento geral das edificações urbanas	197
Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação	239
Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro No uso da autorização concedida pela lei n.º 95-a/2009, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana	333
Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no regime jurídico da urbanização e edificação e revoga a portaria n.º 113/2015, de 22 de abril	389
Lei n.º 31/2014, de 30 de maio Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo	425
Lei n.º 91/95, de 2 de setembro Processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal	465

Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto Estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária, altera o Código Civil e revoga os Decretos-Leis n.ºs 384/88, de 25 de outubro, e 103/90, de 22 de março	497
Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto Aprova o regime excepcional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58.º, 59.º, 71.º e 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro	527
Resolução do conselho de ministros n.º 76/2017, de 5 de junho Procede à criação do livro de obra eletrónico e à extinção da ficha técnica de habitação	531
Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra electrónico	535
Portaria n.º 1109/2001, de 19 de setembro Define os requisitos a que deve obedecer um livro de obra, a conservar no local da sua execução	549
Portaria n.º 71-B/2024, de 27 de fevereiro Aprova os modelos de utilização obrigatória de licença, de resposta à comunicação prévia, dos atos a praticar pelos técnicos e dos modelos de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)	553

CADASTRO

Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto Cria um sistema de informação cadastral simplificada e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro	593
--	-----

Decreto regulamentar n.º 9-A/2017, de 3 de novembro Regulamenta a lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que estabelece um sistema de informação cadastral simplificada, adotando medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos	607
Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada	635
Despacho n.º 10913/2018, de 23 de novembro Determina que continuarão a ser aceites os pedidos de representação gráfica georreferenciada e promovidos os respetivos procedimentos administrativos, nos termos previstos na lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, bem como os procedimentos especiais de registo de prédio rústico e misto omissos nesta regulados, até à entrada em vigor do diploma de extensão a todo o território nacional	655
Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto Aprova o regime jurídico do cadastro predial e estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a carta cadastral	657
Lei n.º 3/2015, de 9 de janeiro Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno	721

EXPROPRIAÇÕES

Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, Aprova o Código das Expropriações	731
--	-----

PROPRIEDADE HORIZONTAL

Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de outubro Estabelece normas regulamentares do Regime da Propriedade Horizontal	779
---	-----

ARRENDAMENTO

Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro Aprova o novo regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial	787
Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto Aprova os elementos do Contrato de Arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração	825
Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto Aprova o Regime Jurídico das obras em prédios arrendados	829
Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro Estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional	849
Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro Estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio	853
Decreto-Lei n.º 1/2013, de 7 de janeiro Procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do balcão nacional do arrendamento e do procedimento especial de despejo	877
Portaria n.º 49/2024, de 15 de fevereiro Regulamenta o balcão do arrendatário e do senhorio	889

DIREITO IMOBILIÁRIO

Decreto-Lei n.º 34/2021, de 14 de maio
**Procede à aprovação do Regime do Procedimento
de Injunção em matéria de arrendamento** 909

Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro
**No uso da autorização concedida pela Lei n.º 80/2009, de 14 de agosto,
estabelece o Novo Regime do Arrendamento Rural** 923

EXPLORAÇÃO DE IMÓVEIS

Decreto-Lei n.º 275/93, de 5 de agosto
**Aprova o regime jurídico da habitação periódica. Revoga
o Decreto-Lei n.º 130/89, de 18 de abril** 949

Decreto-Lei n.º 1/2020, de 9 de janeiro
Cria o direito real de habitação duradoura 989

Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto
**Aprova o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos
de alojamento local** 1003

Portaria n.º 262/2020, de 6 de novembro
**Estabelece as condições de funcionamento e identificação
dos estabelecimentos de alojamento local** 1029